

Nota informativa



Estratégia de Crescimento Econômico de Longo Prazo

quarta-feira, 30 de setembro de 2020

Adolfo Sachsida – Secretário de Política Econômica¹

Em seu editorial do dia 22/09 (Retomada segue sem plano), o Estadão critica a suposta ausência de um plano econômico para a retomada. O Estadão comete um equívoco natural e o objetivo desse texto é, uma vez mais, explicitar a estratégia de crescimento econômico de longo prazo do presidente Jair Bolsonaro, liderada pelo ministro Paulo Guedes.

No passado era comum a formulação de planos econômicos baseados em modelos de equilíbrio parcial, ou seja, observava-se o efeito de políticas em frações da economia, focando em setores ou até em regiões, não contemplado o real impacto em toda a economia e como as principais variáveis macroeconômicas afetam o bem-estar dos brasileiros. Dessa forma, no passado mais recente, o Estado anunciava uma série de setores e empresas que seriam beneficiados e direcionava recursos públicos para tais setores.

Com a chegada da agenda liberal-democrata, adotou-se um conceito mais moderno de estratégia de crescimento econômico, qual seja, o abandono da ideia de beneficiar setores e empresas, o abandono do anúncio de grandes e eloquentes planos econômicos baseados fortemente na intervenção estatal. Em seu lugar, foi posta em prática uma ampla política de consolidação fiscal e de produtividade, esta última por meio do combate a má alocação de recursos e de políticas horizontais que beneficiam toda sociedade. Em seu conjunto, essa política econômica se traduz em estabilidade fiscal, estabilidade monetária e aumento da produtividade da economia brasileira. Raízes últimas do crescimento sustentável de longo prazo.

Sobre a consolidação fiscal, três foram os alvos da política econômica: 1) os insustentáveis déficits da Previdência; 2) o alto volume de pagamentos com juros da dívida; e 3) o significativo gasto com a folha de pagamento de servidores públicos. Essas são as três maiores despesas do governo e foram todas endereçadas pela reforma da previdência (já aprovada pelo Congresso Nacional); pela responsabilidade fiscal desse governo (nas contas do Tesouro Nacional, o Brasil economizaria R\$ 419 bilhões entre 2020 e 2023 com o pagamento de juros); pela Lei do Auxílio aos Subnacionais, que proibiu aumentos salariais

¹ Adolfo Sachsida é doutor em Economia e advogado. Atualmente é secretário de Política Econômica no Ministério da Economia. É autor de vários livros e artigos técnicos sobre política econômica, política monetária, política fiscal, avaliação de políticas públicas, e tributação.



de servidores públicos por dois anos; e pela reforma administrativa (Nova Administração Pública) recém enviada ao Congresso Nacional.

Em parceria com o Congresso Nacional, importantes agendas de combate à má alocação de recursos e de aumento da produtividade têm prosperado. Em 2019, foram aprovadas a Lei de Liberdade Econômica, o Novo FGTS, o contrato de cessão onerosa, a nova Lei do Agronegócio, a transação legal (prevista no código tributário desde 1966 e só implementada no ano passado), entre outros temas. Em 2020, mesmo durante a pandemia, a agenda de fortalecimento dos marcos legais e aumento da segurança jurídica, para estimular o investimento privado, continua avançando. O novo marco do saneamento já foi aprovado; o novo marco do gás e uma nova e mais moderna legislação de falência já foram aprovados na Câmara dos Deputados e seguiram para o Senado Federal; BR do mar (novo marco legal para cabotagem) já tramita no Congresso Nacional tal como a reforma tributária e as PEC's de reordenamento da relação federativa (PEC do Pacto Federativo, de Fundos e de Emergência Fiscal).

O que está descrito acima é a agenda do moderno planejamento econômico via mercado. Em vez do antigo planejamento estatal, que elegia prioridades com base num planejador central onisciente em Brasília, temos hoje um moderno planejamento via mercado que elege, por meio dos preços, prioridades de maneira descentralizada pelo Brasil. O investimento privado segue agora para onde é mais eficiente (e não mais para onde o governo determina), o que se traduz em maior produtividade para a economia. Com a consolidação fiscal, o aprimoramento dos marcos legais e o aumento da segurança jurídica temos um importante processo de *crowding in* e de retomada econômica com base no setor privado.

Passos contundentes foram dados para que o Brasil se integre à economia mundial. Em junho de 2019, o Brasil, por meio do Mercosul, concluiu negociações comerciais com a União Europeia (UE), com vistas a formar uma das maiores áreas de livre comércio do mundo, com mais de 780 milhões de pessoas. Esse acordo, é verdade, vinha sendo construído há anos; mas é inegável que seus passos mais decisivos contra o protecionismo à brasileira, como as regras de origem e outras barreiras não tarifárias incompatíveis com a lógica das cadeias globais de valor, foram dados neste governo e foram essenciais para o êxito do entendimento.

Sem anúncios de planos econômicos mirabolantes e com base num sólido arcabouço teórico, elaboramos uma moderna estratégia de crescimento econômico via mercado. Sem alardes, esse governo já encaminhou ao Congresso Nacional as três principais reformas econômicas demandadas há anos pela sociedade brasileira: previdência, tributária e administrativa. Não apenas isso, toda uma nova forma de relacionamento federativo foi igualmente submetida à aprovação do Congresso. Além disso, a agenda de fortalecimento



dos marcos legais avança tal como as concessões e no ano que vem será a vez das privatizações e da abertura econômica.

Novamente sem alardes, importantes posições em organismos internacionais vão sendo ocupadas com o objetivo de facilitar o acesso do investimento transnacional no aprimoramento da infraestrutura brasileira. O exemplo mais recente é o novo presidente do *New Development Bank* (NDB). Muito mais vem por aí: a agenda de mercado de capitais é prioritária visando dar maior eficiência ao financiamento do investimento privado; a melhor alocação das garantias é fundamental para ajudar na retomada econômica e estudos seguem sendo feitos; a desburocratização continua a passos acelerados e toda uma agenda para melhorar a posição brasileira no *Doing Business* está sendo levada a cabo.

Você pode gostar ou não desse governo, é seu legítimo direito. Mas é inegável que o amplo conjunto de reformas implementadas e enviadas ao Congresso Nacional em menos de dois anos só encontra paralelo na história recente de nosso país nos anos do Plano Real. Seguimos avançando nas reformas microeconômicas e fortalecendo a estabilidade macroeconômica de nosso país. A melhoria do ambiente de negócios, o incremento da produtividade e uma sólida organização fiscal são peças fundamentais de nosso planejamento econômico via mercado. Essa é a agenda que seguimos, esse é o caminho para que o Brasil volte a crescer com taxas mais altas de maneira sustentável, esse é o caminho da prosperidade.